

CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO PARA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Mariana Uenojo

Felipe Vilarinho Santana

William Zeferino

Orientador: Edmilson de Souza Carvalho¹

RESUMO: O trabalho permite ao homem satisfazer suas necessidades e garantir sua sobrevivência e, devido as atuais demandas de mercado e desenvolvimento tecnológico, o setor laboral exige cada vez mais qualificação profissional, sendo os jovens os que enfrentam os maiores desafios, como desemprego e subemprego, baixa remuneração, alta rotatividade, jornada de trabalho extensa, condições laborais precárias e baixa qualificação, principalmente os jovens em condição de vulnerabilidade social. Iniciativas de capacitação e inclusão social ofertadas por diversas organizações auxiliam os jovens na inserção no mercado de trabalho, contribuindo para redução das desigualdades, educação e sustentabilidade. O objetivo deste trabalho foi averiguar instituições que ofertam capacitação e certificação profissional, as modalidades de cursos e a relação com o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), através de uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, limitada ao município de São Paulo. Verificou-se que a região sudeste responde por cerca de 50% dos cursos oferecidos, sendo São Paulo o estado líder, assim como o município de São Paulo, que responde por 20% em relação ao Brasil e 60% em relação ao estado. Entidades sem fins lucrativos, modalidade à distância e os cursos nas áreas de administração, comércio e logística são os mais representativos. No entanto, a região leste do município, uma das mais carentes, oferta apenas 2,6% de cursos e capacitações, podendo limitar o acesso dos jovens dessas regiões ao mercado de trabalho e a melhores condições socioeconômicas.

Palavras-chave: empregabilidade; profissionalização; ODS 8; trabalho decente; desemprego.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho atua como um princípio educativo, permitindo ao ser humano desenvolver-se e satisfazer suas necessidades básicas, sociais, intelectuais e culturais (Frigotto, 2001). Entretanto, os jovens enfrentam barreiras para adentrar no mercado de trabalho e fatores estruturais, sociais e econômicos são potencializados nas periferias (Neri, 2014), como o bairro de Itaquera, na região leste do município de São Paulo, com altos índices de vulnerabilidade social, conforme mostra o ranking de distritos prioritários, ocupando a 7ª posição para jovens, 40ª para adolescentes e a 1ª para violência (São Paulo, 2023).

¹ Professor Especialista em Gestão Industrial – E-mail: edmilson.carvalho@cps.sp.gov.br

A inserção de jovens na área profissional representa um desafio social no Brasil, que possui alta taxa de desemprego, representando 17,8% entre jovens de 18 a 24 anos contra 7,9% da população em geral (IBGE, 2023). Como justificativa, os empregadores relatam a dificuldade de encontrar jovens que suprem a necessidade do mercado e que tenham qualificação (CNI, 2020).

Iniciativas de capacitação e certificação profissional realizadas por organizações sociais atuam na qualificação técnica e de inclusão social e profissional (Cavalcanti *et al.*, 2022). Um exemplo é o CEDESP, Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo, serviço socioassistencial oferecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo, que acolhe jovens, adolescentes e adultos entre 15 e 59 anos em situação de vulnerabilidade social, ofertando atividades de aperfeiçoamento profissional e ações socioeducativas para inserção no mercado de trabalho e ampliação do convívio social (São Paulo, 2025).

Essas ações contribuem para redução das desigualdades, erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável e educação de qualidade, em consenso com vários dos objetivos do desenvolvimento sustentável, tais como, ODS 1 – erradicação da pobreza; ODS 2 – fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – saúde e bem-estar; ODS 4 – educação de qualidade; ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – redução das desigualdades; ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis (ONU Brasil, [s. d.]).

Capacitação e certificação possuem impacto positivo na formação profissional de jovens, colabora na transição para o mercado de trabalho, reduz barreiras de entrada ao primeiro emprego, aumenta a probabilidade de inserção formal, melhora a estabilidade no emprego, possibilita melhores condições salariais e ascensão social (Almeida *et al.*, 2019; Brasil, 2014).

Assim, essa análise permitirá não apenas verificar o alcance de instituições sociais no atendimento à juventude, mas também contribuirá para o debate acadêmico e prático sobre políticas públicas de inclusão produtiva.

Este trabalho teve como objetivo evidenciar programas que oferecem cursos de capacitação profissional e suas modalidades de ensino, cujas iniciativas ampliam as chances da inserção dos jovens no mercado de trabalho e analisar a relação entre

a oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional e o ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O trabalho e sua relação com aprendizagem e qualificação profissional

Trabalho pode ser definido como uma atividade que transforma o ambiente para que o homem possa satisfazer suas necessidades de sobrevivência (Silva; Costa, 2019). No decorrer da história, o trabalho tem assumido diversas perspectivas. No passado, havia a divisão entre as classes intelectual (dominante) e a operária. Atualmente, mesmo com o avanço da tecnologia e as mudanças nas relações de trabalho, a classe intelectual permanece superior à classe operária (Ornelas; Monteiro, 2006; Bastos; Amorim, 2017).

Quando se fala em trabalho, é comum o resgate do termo mercado de trabalho, que se refere às atividades, isto é, o trabalho em si, ofertadas pelas empresas, para que as pessoas, mediante remuneração, executem suas tarefas (Silva; Costa, 2019). Em decorrência do desenvolvimento tecnológico, as atuais demandas do mercado de trabalho exigem cada vez mais qualificação profissional, sendo os jovens os mais atingidos com o desemprego e subempregos, baixos rendimentos, rotatividade, altas jornadas de trabalho, carência nas condições laborais e não cumprimento da legislação trabalhista, principalmente os jovens em situação de vulnerabilidade social (Falcão; Díaz, 2019; Barbosa; Deluiz, 2008).

Em um ambiente em que jovens, principalmente os que possuem menores condições socioeconômicas, em certa situação de vulnerabilidade por conta das exigências do mercado (Yeung; Yang, 2020), iniciativas surgem para minimizar esses impactos negativos.

O conceito de trabalho decente, formalizado pela OIT, Organização Internacional do Trabalho, em 1999, visa proporcionar oportunidades iguais entre homens e mulheres, garantia de trabalho produtivo, de qualidade, remunerado, exercidas com liberdade, segurança e dignidade humana, para o combate à pobreza, redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo

para o bem-estar de todos os cidadãos, sendo fator contributivo para alcance do ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico (OIT, 2012).

A aprendizagem profissional é primordial para promoção de emprego para os jovens e está intimamente ligada ao trabalho decente e aos seus objetivos estratégicos: garantia dos direitos no trabalho, emprego de qualidade, proteção social e diálogo social (Falcão; Díaz, 2019; OIT, [s. d.]).

Rocha (2008) relata que a taxa de desocupação é maior entre os jovens em situação de vulnerabilidade social e a pouca qualificação leva a empregos informais, ocupações temporárias e desemprego, condições que tendem a melhorar com habilitação profissional, tornando-se evidente a necessidade de capacitação.

Aprendizagem e qualificação profissional visam fornecer e desenvolver habilidades técnicas aos cidadãos e auxiliá-los nas atividades laborais. No caso dos jovens, é um caminho para transição da escola para o trabalho e alocá-los adequadamente em empregos formais, fornecendo treinamento e conhecimento técnico (IPEA, 2016).

Dentre os objetivos da qualificação profissional, temos: preparo dos jovens para inserção no mercado de trabalho, aumento da empregabilidade, melhoria de salários, diminuição de rotatividade e do desemprego, garantia de educação profissional, trabalho decente, geração de emprego e renda, redução das desigualdades sociais e ainda, possibilitar às organizações investimento em capital social e humano (Almeida *et al.*, 2019; Pereira *et al.*, 2024).

A CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, e a Constituição Federal de 1988 destacam a importância da aprendizagem profissional no acesso ao emprego, como um esforço conjunto entre Estado, sociedade e empresas, abrangendo ações políticas, éticas, sociais, pedagógicas, institucionais e operacionais (Almeida *et al.*, 2019; Moraes; Gassen, 2004).

2.2. Inserção de jovens no mercado de trabalho e sua dinâmica

De acordo com a Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, jovens são as pessoas de 15 a 29 anos de idade, com direitos à cidadania, inclusão, diversidade, liberdade, educação, participação na sociedade, cultura, saúde, profissionalização, trabalho e renda, segurança e justiça. No caso de adolescentes entre 15 e 18 anos, aplica-se esta norma, excepcionalmente, quando não houver conflitos com o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2013).

A inserção de jovens no mercado de trabalho está relacionada ao fato de querer fazer parte do mesmo e pode ocorrer como a busca do primeiro emprego ou por um novo emprego, influenciada por razões socioeconômicas, qualificação profissional, oportunidades laborais (Feijó; Peruchetti, [s. d.]). Ocorre por uma mudança estrutural e cultural, como uma condição de realização e satisfação das necessidades, aliadas às condições da economia, urbanização e escolaridade (Rocha, 2008).

Santos e Gimenez (2015) afirmam que a melhoria na economia e nas condições sociais, dinâmicas de mercado, avanços na tecnologia e acesso à educação e qualificação aumentam as chances de inserção dos jovens no campo laboral, além de programas sociais para obtenção do primeiro emprego, que propiciam as camadas mais vulneráveis da sociedade que, historicamente, estiveram associados à exploração das condições de trabalho. Ainda, o crescimento nas taxas do PIB favorece a geração de empregos formais e melhoria nos salários, resultando na melhoria das condições de vida.

Outras particularidades, como falta de experiência, pouco conhecimento das atividades a serem desenvolvidas, baixa valorização do potencial, desemprego e rotatividade (Reis, 2014), associado às condições econômicas pouco favoráveis e baixa oferta de empregos impactam negativamente as contratações (Corseuil; Franca; Poloponsky, 2020), acentuando ainda mais as desigualdades e os impactos negativos que atingem, principalmente, os jovens mais vulneráveis economicamente (Yeung; Yang, 2020).

A política pública de aprendizagem profissional do MTE, Ministério do Trabalho e Emprego, possibilita a inserção de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos no mercado de trabalho como uma medida de inclusão produtiva, além de oferecer mão

de obra qualificada às empresas (Brasil, 2025a), reforçando o papel estratégico da qualificação para jovens em contextos de vulnerabilidade, evidenciando que a certificação e a capacitação devem estar institucionalizadas e alinhadas às demandas do mercado para gerar resultados efetivos.

O ingresso dos jovens no mercado de trabalho tem ocorrido cada vez mais precocemente, não somente como uma condição para qualificação profissional, mas como uma necessidade de satisfação pessoal e autorrealização e independência financeira. Nesse sentido, precisam superar obstáculos, lidar com a competitividade de mercado e perceber a necessidade de capacitação e qualificação profissional para adentrarem e permanecerem no ambiente laboral (Fraga; Tonin, 2023).

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de pesquisa quanto à natureza (exploratória, descritiva ou explicativa)

A pesquisa será de natureza descritiva, onde os dados são observados, registrados e analisados com base na literatura disponível, para descrever e caracterizar os fatos, sem interferir nos mesmos (Silveira; Córdova, 2009; Prodanov; Freitas, 2013; Brasil, 2023).

3.2. Tipo de pesquisa quanto ao procedimento (campo, bibliográfica, estudo de caso)

Quanto ao procedimento, ou seja, forma de coleta e fonte de dados, será realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando informações a partir de material publicado em fontes confiáveis e em base de dados (Silveira; Córdova, 2009; Prodanov; Freitas, 2013; Severino, 2017), que se tornarão a base da pesquisa e comparação das informações, a fim de atualizar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento sobre o assunto tratado (Campos *et al.*, 2023).

3.3. Abordagem da pesquisa (quantitativa ou qualitativa)

A abordagem da pesquisa será qualitativa, observando-se os fatos no ambiente em que ocorrem, sem representatividade de amostra ou tratamento matemático ou estatístico dos dados. Os dados serão tratados de forma subjetiva, empírica, por

indução, para gerar outras informações capazes de explicar uma relação entre as variáveis de estudo (Prodanov; Freitas, 2013).

3.4. Instrumento(s) de coleta de dados (questionário, formulário, roteiro de entrevista, diário de observação etc.)

A coleta de dados será realizada através de pesquisa documental, baseada no estudo de documentos de fontes diversas, de materiais sem tratamento ou com reanálise dos dados para complementar informações previamente tratadas (Prodanov; Freitas, 2013; Severino, 2017; Brasil, 2023).

3.5. População e amostragem

Nesta pesquisa, a população, ou seja, os indivíduos que estão relacionados ao problema, o universo de pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013), refere-se as instituições que oferecem cursos de capacitação e qualificação para jovens em situação de vulnerabilidade social e a amostragem será por acessibilidade ou conveniência, onde não há cálculos estatísticos e os itens são selecionados conforme a disponibilidade e conveniência (Prodanov; Freitas, 2013), limitando-se ao município de São Paulo.

3.6. Plano de coleta de dados

Por se tratar de uma pesquisa documental, neste trabalho será realizada coleta de dados secundários, quando se busca informações em fontes disponíveis de pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013; Brasil, 2023), através de pesquisa bibliográfica em bases de dados, páginas oficiais governamentais e institucionais, a fim de se verificar organizações que oferecem cursos de capacitação e qualificação para jovens em situação de vulnerabilidade social.

3.7. Plano de análise de dados

O plano de análise de dados será constituído de leitura de reconhecimento, seletiva, crítica e interpretativa do material coletado (Lima; Mito, 2007), seguido do agrupamento, ordenamento, análise e interpretação dos dados (Prodanov; Freitas, 2013) relativos às entidades e aos cursos e capacitações oferecidos para inserção de jovens no mercado de trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Redução do desemprego e inserção do jovem no mercado de trabalho

Dados do IBGE informam que o Brasil atingiu, em 2025, a menor taxa de desocupação da série histórica, e um recorde de aproximadamente 103 milhões de pessoas ocupadas (Brasil, 2026c). De acordo com esses dados, a taxa de desemprego no país vem apresentando redução gradativa. Comparando-se o último trimestre de 2023, 2024 e 2025, a taxa de desocupação foi 7,4%, 6,2% e 5,1%, respectivamente (IBGE, 2026).

Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, foram gerados cerca de 255 mil empregos em fevereiro de 2026, com destaque para o setor de serviços, responsável por quase 178 mil novas vagas, além da indústria, construção, agropecuária e comércio, setores que contribuíram com mais de 77 mil novos postos de trabalho. O estado de São Paulo aparece na liderança, com quase 96 mil postos, seguido do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que juntos, totalizaram cerca de 50 mil. Os jovens de até 24 anos concentraram 163 mil dessas vagas, representando quase 64% do total (Brasil, 2026a). Também houve avanço na inserção juvenil, com crescimento do emprego formal e redução da informalidade entre jovens de 14 a 24 anos e queda da taxa de desemprego de 25,2% no último trimestre de 2019 para 14,3% no mesmo período de 2024 (BRASIL, 2025c).

No entanto, o mercado de trabalho brasileiro demonstra que, mesmo diante de melhora nos indicadores de empregabilidade, a inserção de jovens ocorre de forma desigual entre as faixas etárias, apresenta dificuldade de colocação profissional, subemprego e informalidade, maior rotatividade, menor estabilidade no emprego e menor remuneração, impactando diretamente o desenvolvimento do jovem. Verifica-se também que a taxa de desemprego entre jovens chega a ser mais que o dobro da observada entre adultos, evidenciando uma desigualdade estrutural no acesso ao trabalho (Souza, 2026).

Relatórios do Itaú Educação e Trabalho (2023) apontam que a inserção dos jovens no mundo do trabalho apresenta falhas importantes, especialmente no que se refere à transição entre educação e emprego. Segundo a instituição, muitos jovens não conseguem transformar sua formação em oportunidades concretas de trabalho,

o que revela um desalinhamento entre o sistema educacional e as demandas do mercado. Além disso, as mudanças tecnológicas e produtivas tendem a aumentar a exigência por qualificação, selecionando mão de obra, o que pode ampliar ainda mais as desigualdades entre os que possuem ou não formação profissional adequada.

4.2. Qualificação profissional dos jovens e o mercado de trabalho

A oferta de cursos profissionalizantes para jovens em situação de vulnerabilidade e desemprego, ministrado por instituições públicas, privadas ou do terceiro setor proporciona novas oportunidades e empregabilidade aos jovens e contribuem para o desenvolvimento de competências práticas, alinhando-se às necessidades do mercado de trabalho (FRM, 2023).

A aprendizagem profissional mostra-se como uma forma positiva para que os jovens de até 24 anos adentrem no mercado de trabalho formal. O primeiro semestre de 2025 apresentou alta de cerca de 18% nas contratações desse grupo, em relação ao primeiro semestre de 2024, principalmente nos setores de serviços, comércio, construção civil e setor agropecuário (Brasil, 2025b).

No entanto, apesar da relevância dos cursos profissionalizantes, ainda é possível identificar um desalinhamento entre a oferta dos cursos e as demandas do mercado, prejudicando a redução do desemprego juvenil. Muitos programas de qualificação não acompanham as mudanças econômicas e tecnológicas com a mesma velocidade, o que dificulta a inserção dos jovens em ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas (FRM, 2023).

4.3. Instituições e cursos oferecidos

A coleta de informações das instituições e cursos oferecidos foi realizada através pesquisa bibliográfica em sítios eletrônicos de instituições governamentais e institucionais que atuam na capacitação profissional de jovens no município de São Paulo, ofertando cursos técnicos, de gestão e de serviços para jovens e adultos, com certificação e com a finalidade de inclusão social e preparo e encaminhamento para o mercado de trabalho.

A tabela 1 apresenta o quantitativo e a porcentagem de cursos oferecidos por região do Brasil. Podemos observar a oferta de mais de 100 mil cursos de capacitação

e profissionalizante no país, sendo a região sudeste a maior provedora, respondendo por mais de 50% do total.

Tabela 1 – Quantitativo e a porcentagem de cursos oferecidos por região do Brasil.

Região	Quantitativo	Porcentagem
Norte	4646	4,5
Nordeste	14155	13,7
Centro-Oeste	10102	9,8
Sul	20749	20,0
Sudeste	53348	51,5
Distrito Federal	539	0,5
Total	103539	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2026b).

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram o estado de São Paulo como líder, ofertando 30% de cursos em relação ao Brasil e cerca de 60% em relação à região sudeste (Brasil, 2026b).

4.4. O município de São Paulo

O município de São Paulo é responsável por cerca de 20% dos cursos em relação ao Brasil, 35% em relação à região sudeste e 60% em relação ao estado de São Paulo (Brasil, 2026b).

Entidades sem fins lucrativos são as maiores provedoras de cursos de qualificação e profissionalizantes, representando mais de 96% das instituições. A seguir aparecem o serviço nacional de aprendizagem e as escolas técnicas de educação (Brasil, 2026b). Isso evidencia a diversidade de iniciativas voltadas à capacitação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes coerentes com as demandas do mercado de trabalho, como gestão, prestação de serviços e industrial, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas, inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social, oferecendo qualificação técnica, suporte social e orientação profissional, além da certificação, reforçando a importância de validação das competências adquiridas.

A tabela 2 apresenta as modalidades de cursos oferecidos por tipos de entidades. Verifica-se que a modalidade à distância responde por mais de 96% das ofertas.

Tabela 2 – Modalidade de curso por tipo de entidade.

Tipo de entidade	Modalidade do curso			Total
	À distância	Híbrido	Presencial	
Entidade sem fins lucrativos	16406	169	1254	17829
Escola técnica de educação	-	4	234	238
Serviço Nacional de Aprendizagem	13	431	-	444
Total	16419	604	1488	18511

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2026b).

A carga horária total dos cursos varia de 800 h a 2200 h, distribuídas em carga horária teórica e prática e a faixa etária abrangida é de 14 a 24 anos (Brasil, 2026b).

Os setores da economia com as maiores ofertas de cursos são administração, comércio e logística, respondendo por mais de 60% dos mesmos, conforme pode ser observado na tabela 3.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, a região sul do município oferta mais de 60% dos cursos, seguida da região central, com cerca de 30%. As regiões leste, oeste e norte, juntas, respondem por cerca de 10% do total (Brasil, 2026b). A região leste, uma das mais carentes do município, também carece da oferta de cursos de capacitação e profissionalizantes, apenas 2,6% do total, atrás somente da região norte com 1,7%, o que pode limitar também o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e consequentemente a melhores condições socioeconômicas e redução de desigualdades sociais.

Tabela 3 – Quantitativo de cursos por setor econômico.

Setor	Quantidade de cursos
Administração	4948
Agronegócio	1536
Alimentos e bebidas	583
Comércio	3647
Computadores, redes, tecnologia da informação	252
Comunicação e cultura	41
Construção civil	21
Contabilidade e finanças	29
Design	8
Educação	3
Esporte	7
Indústria de carne e derivados	907
Indústria de papel e celulose	3
Indústria gráfica	4
Indústria têxtil e vestuário	11
Logística	2733
Marketing	11
Mecânica, elétrica, hidráulica, refrigeração	141
Meio ambiente	4
Outros	5
Produção industrial	1260
Química	8
Saúde	8
Segurança do trabalho	25
Serviços bancários	294
Serviços de limpeza e conservação	128
Serviços farmacêuticos e laboratório	18
Serviços gerais	963
Serviços jurídicos	9
Telemarketing	273
Transporte	27
Turismo	604
Total	18511

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2026b).

4.5. Capacitação profissional e o ODS 8

A capacitação profissional realizada pelas instituições está diretamente alinhada ao ODS 8, buscando promover o trabalho decente e o crescimento econômico e sustentável. As instituições promotoras contribuem para inclusão produtiva de jovens, redução do desemprego juvenil, promoção de trabalho formal,

desenvolvimento de competências profissionais e redução das desigualdades sociais. Portanto, a qualificação profissional se apresenta como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento social e econômico, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social.

Com isso, verificamos a necessidade de maior oferta de cursos nessas regiões, possibilitando e ampliando o aperfeiçoamento e capacitação dos jovens, os auxiliando e preparando para o mercado de trabalho, contribuindo para a inclusão social, trabalho decente e inclusivo, desenvolvimento econômico e sustentabilidade, premissas do ODS 8.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste trabalho de pesquisa, verificou-se que a região sudeste, e, dentro deste, o estado de São Paulo, é a que apresenta a maior oferta de cursos de capacitação e profissionalizante. Assim como o município de São Paulo e, dentro deste, a região sul.

A região leste, uma das mais carentes em termos socioeconômicos e também na oferta de cursos, necessita de mecanismos de ação e inserção dos jovens no mercado de trabalho para melhoria das condições laborais e socioeconômicas, igualdade, sustentabilidade, trabalho decente e inclusivo, indo de encontro ao ODS 8.

Apesar do aumento do número de ofertas de empregos e diminuição das taxas de desemprego, há limitações na inclusão de jovens tanto do sistema educacional quanto do mercado de trabalho. A inserção dos jovens não depende apenas da oferta de vagas, mas também de fatores como qualificação, acesso à educação e condições socioeconômicas, demonstrando que há barreiras estruturais que impedem parte da juventude de se beneficiar do crescimento do emprego.

Além disso, mesmo entre os jovens inseridos no mercado, há desafios relacionados à qualidade das ocupações, onde a maior parte dos jovens exercem funções com menor remuneração, baixa exigência técnica e pouca estabilidade, sugerindo que a inserção ocorre, muitas vezes, em posições mais vulneráveis dentro da estrutura produtiva.

Outro ponto refere-se à evolução da renda, ou seja, apesar do crescimento da população ocupada e redução da desocupação, há variações mais modestas no rendimento médio real, indicando que o aumento do emprego não necessariamente se traduz em melhoria significativa das condições econômicas dos trabalhadores, especialmente entre os mais jovens. Há também a questão social, desigualdade de acesso à educação, à qualificação e às oportunidades de trabalho, que contribuem para a manutenção de grupos em situação de vulnerabilidade, reforçando ciclos de exclusão.

Nesse contexto, a qualificação profissional se faz importante, mas não garante, por si só, inserção efetiva. A permanência de jovens fora do mercado, mesmo em cenários de crescimento econômico, sugere a existência de um desalinhamento entre a formação oferecida e as demandas reais do mercado de trabalho. Capacitação e certificação profissional são ferramentas relevantes para ampliar a empregabilidade dos jovens, mas sua efetividade depende de fatores complementares, como políticas públicas, acesso equitativo à formação e alinhamento com as transformações do mercado de trabalho.

Por fim, ao relacionar os achados ao ODS 8, observa-se que, embora haja avanços na geração de empregos, ainda há desafios significativos para garantir trabalho decente, inclusivo e sustentável para a juventude. A ampliação da qualificação profissional, aliada à melhoria das condições de trabalho, mostra-se essencial para promover crescimento econômico com redução das desigualdades, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Referências

ALMEIDA, M. A.; SILVA, T. P.; NUNES, D. R.; BEZERRA, K. A. ALBUQUERQUE, A. V. S. M. Aprendizagem profissional no Brasil: panorama e análise da trajetória laboral dos egressos. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. n. 66, abr. 2019, 20 p.

BARBOSA, C. S.; DELUIZ, N. Qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em discussão. **Boletim Técnico do SENAC: a Revista da Educação Profissional**. v. 34, n. 1, p. 50-63, jan.-abr. 2008.

BASTOS, S. F.; AMORIM, M. L. A qualificação profissional como possibilidade de ressocialização dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. **Revista Labor Edição Especial**. v. 2, n. 18, p. 6-16, nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome. **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa**. Brasília: MDS, 2023. 148 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Aprendizagem Profissional**. 1 jul. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil registra cerca de 70 mil jovens contratados via aprendizagem no primeiro semestre de 2025**. 19 ago. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/agosto/brasil-registra-quase-70-mil-jovens-contratados-via-aprendizagem-no-primeiro-semester-de-2025>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Jovens ganham espaço no mercado de trabalho e impulsionam queda no desemprego e na informalidade**. 30 abr. 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/jovens-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho-e-impulsionam-queda-no-desemprego-e-na-informalidade>. Acesso em: 18 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Novo CAGED: Brasil gera mais de 255 mil empregos formais em fevereiro**. 31 mar. 2026a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/marco/novo-caged-brasil-gera-mais-de-255-mil-empregos-formais-em-fevereiro>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Painel de Informações do Cadastro Nacional da Aprendizagem Profissional**. 2026b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWY5M2UyZWMTOWU1My00NWQwLTgzNDctYzcyYzcyYzBiODZlIiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de acompanhamento da aprendizagem profissional no Brasil: dados RAIS/CAGED**. Brasília: MTE, 2014.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Brasil registra, em 2025, menor taxa anual de desocupação da série histórica**. 20 fev. 2026c. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/02/brasil-registra-em-2025-menor-taxa-anual-de-desocupacao-da-serie-historica>. Acesso em: 17 abr. 2026.

CAMPOS, L. R. M.; CRUVINEL, B. V.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. O. A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa. **Cadernos da FUNCAMP**. v. 22, n. 57, p. 96-110, 2023.

CAVALCANTI, F.; RATCHER, L.; GOUVÊA, L.; FONTES, L. F. **Evidências sobre políticas públicas de mercado de trabalho e implicações para o Brasil: qualificação profissional**. Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab, Latin America and Caribbean. 2022. 12 p. Disponível em: <https://www.povertyactionlab.org/pt-br/page/relatorio-anual-2022?lang=pt-br>. Acesso em: 9 set. 2025.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Cinco em cada dez indústrias enfrentam a falta de trabalhador qualificado**. Portal da Indústria. 11 fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/industrias-enfrentam-falta-de-trabalhador-qualificado/>. Acesso em: 12 set. 2025.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos Estudos CEBRAP**. v. 39, n. 3, p. 501-520, set.-dez. 2020.

FALCÃO, M. C.; DÍAZ, L. A. Aprendizagem profissional inclusiva como estratégia de combate ao trabalho infantil e promoção do emprego juvenil. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. n. 67, p. 105-113, out. 2019.

FEIJÓ, J.; PERUCHETTI, P. Performance dos jovens no mercado de trabalho. **FGV IBRE**. [s. d.], 6 p.

FRAGA, J. C. M.; TONIN, L. B. A inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho. **Revista Scientia Alpha**. v. 1, n. 1, jul. 2023, 21 p.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRM – Fundação Roberto Marinho. **O futuro do mundo do trabalho para as juventudes brasileiras**. 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-profissional/publicacao/o-futuro-do-mundo-do-trabalho-para-juventudes-brasileiras>. Acesso em: 21 abr. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores: desemprego**. 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em: 19 abr. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Indicadores mensais produzidos com informações do 2º trimestre de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 15 ago. 2023. 88 p.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A aprendizagem e a inserção de jovens no mercado de trabalho: uma análise com base na RAIS. Relatório de pesquisa**. Brasília, 2016. 30 p.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Inserção dos jovens no mundo do trabalho apresenta falhas**. 16 mar. 2023. Disponível em:

<https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/acontece/insercao-dos-jovens-no-mundo-do-trabalho-apresenta-falhas>. Acesso em: 20 abr. 2026.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálýsis**. v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MORAES, E. L.; GASSEN, G. V. A transversalização das questões de gênero e raça nas ações de qualificação social e profissional. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. n. 25, p. 23-30, nov. 2004.

NERI, M. C. Onda jovem na educação profissional: determinantes e motivações. *In*: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. cap. 1, p. 23-71.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Perfil do trabalho decente no Brasil. Um olhar sobre as unidades da federação**. Organização Internacional do Trabalho. Brasília (DF): Escritório no Brasil, 2012, 413 p.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho decente**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/trabalho-decente>. Acesso em: 27 out. 2025.

ONU BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Organizações da Nações Unidas Brasil. [s. d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 11 set. 2025.

ORNELLAS, T. C. F.; MONTEIRO, M. I. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 59, n. 4, p. 552-555, jul.-ago. 2006.

PEREIRA, G. N. BARROS, E. M. R. M.; ATALIBA, P. M., SOUZA, S. M. B. A qualificação profissional como oportunidade de transformação social: uma análise do programa Qualificar ES. **Revista Caderno Pedagógico**. v. 21, n. 12, p. 1-17, 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Universidade FEVALE, 2013. E-book. 277 p.

REIS, M. C. Uma análise das características do primeiro emprego nas regiões metropolitanas brasileiras. *In*: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (org.). **Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. cap. 4, p. 141-158.

ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**. v. 21, n. 54, p. 533-550, set.-dez. 2008.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**. v. 29, n. 85, p. 153-168, 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (CEDESP)**. São Paulo, SP. 4 set. 2025. Disponível em:

https://prefeitura.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/centro-de-desenvolvimento-social-e-produtivo-cesesp. Acesso em: 11 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Ranking 2022. Priorização dos distritos para a política de assistência social da cidade de São Paulo**. COVS – Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial. São Paulo: COVS, dez. 2023. 79 p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/COVS/2023/Pesquisa/Rankings%25202023%2520Correto.pdf&ved=2ahUKEwiah8e1pdaPAxVALLkGHfCpALsQFnoECBYQAQ&usq=AOvVaw0JhS9ApZVu5IR1T7rIOfCs. Acesso em: 13 set. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. 233 p.

SILVA, A. B.; COSTA, A. V. Políticas e programas públicos que oportunizam a inserção do jovem no mercado de trabalho. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. v. 13, n. 43, p. 967-981, 2019.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. Pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. cap. 2. p. 31-41.

SOUZA, A. **Desemprego entre jovens é mais que o dobro do registrado entre adultos**. BNEWS SÃO PAULO. 19 abr. 2026. Disponível em: <https://www.bnewssaopaulo.com.br/noticias/negocios/desemprego-entre-jovens-e-mais-que-o-dobro-do-registrado-entre-adultos.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.

YEUNG, W.-J. J.; YANG, Y. Labor market uncertainties for youth and young adults: an international perspective. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**. v. 688, n. 1, p. 7-19, 2020.